

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

ATA Nº 002/2003

Aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2003 (dois mil e três), às 18:30 Horas (dezoito horas e trinta minutos), na Sala de Sessões da Câmara de Vereadores de Cruzeiro do Sul, RS, com a presença de 09 (nove) Vereadores, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo. O Presidente **PAULO ALEXANDRE MALLMANN** iniciou a sessão deixando sua mensagem e invocando o nome de Deus. Como os Vereadores em sessão, com antecedência receberam a Ata Nº001/2003, com conseqüente leitura e análise da mesma: a ata nº001/2003 foi **aprovada por unanimidade**. **EXPEDIENTE:** Foram lidas correspondências recebidas no período de 06 a 19 de fevereiro de 2003, merecendo destaque: Ofícios do Ministério da Saúde informando liberação de recursos financeiros no total de R\$1.375,38 para execução de programas do Fundo Nacional de Saúde. Ofício do Diretório Municipal de Cruzeiro do Sul do Partido dos Trabalhadores, indicando o líder de bancada para o ano legislativo de 2003. **ORDEM DO DIA:** Projeto de Lei Nº328-03/2003 do Executivo **QUE CONCEDE AUXÍLIO PARA ENTIDADE**, **aprovado por 07 (sete) votos favoráveis e 01 (um) contra**. Projeto de Resolução Nº003/2002-Substitutivo do Legislativo **QUE ADICIONA PARÁGRAFOS AO REGIMENTO INTERNO**, **aprovado por unanimidade com as seguintes emendas: prazo máximo de 20 (vinte) minutos para uso da Tribuna Popular para solicitantes e convidados; tempo de três minutos para cada Vereador formular perguntas ao orador**. Pedido de licença para tratar de interesse particular, feito pelo Vereador **VICENTE MENOLI KRONBAUER** para o período de 90 dias a contar de 01 de Março de 2003, **aprovado por unanimidade**. Requerimento nº001/2003 de autoria do Vereador José Paulo Mallmann **que pede a convocação de responsável por convênios da Secretaria Municipal de Saúde a prestar esclarecimentos na Câmara**, **reprovado por 05 (cinco) votos contra e 04 (quatro) favoráveis**. **EXPLICACÕES PESSOAIS E USO DA TRIBUNA:** O vereador **IVO JOSÉ LOEBLEIN** comentou inicialmente o projeto de lei aprovado para conceder auxílio ao E.C. XV de Novembro. Disse que a verba repassada deverá que o time possa participar do campeonato regional de futebol amador. Considera o futebol como um esporte de cultura e por isso acha importante que sempre haja colaboração. Referiu também o campeonato de futebol do Vale do Sampaio, dizendo que quatro times de Cruzeiro do Sul irão participar. Que ao total, no referido torneio deverão ter vinte times participando e o início dos jogos está previsto para o próximo mês. Acredita que os quatro times que representarão o Município em dito certame irão solicitar apoio financeiro como forma de incentivo. Entende que outros Vereadores possam ter opinião contrária, porém pensa que o esporte não deixa de ser cultura, portanto importante. Lembrou da alegria do E. C. Tamoio que se consagrou Campeão do Municipal 2002, pela primeira vez na história do clube, bem como a alegria de seus torcedores e sua comunidade. Parabenizou o povo da Linha Sítio, a diretoria do clube, técnico e jogadores por terem conquistado o título tão disputado no Município. Vê o futebol como o esporte das multidões, argumentando com o fato de o campeonato municipal ter movimentado e mobilizado as comunidades locais. O assunto seguinte do seu discurso foi sobre a Taxa de Contribuição para Iluminação Pública. O Camarista disse que é do conhecimento de todos que os deputados, em sua grande maioria, aprovaram o projeto que institui a taxa. Que somente quatro ou cinco deputados do total não aprovaram. Que além disso, os líderes de partido do Estado encaminharam ofício dizendo estarem de acordo com a cobrança através da taxa instituída. Mencionou que se não é cobrado hoje é cobrado no futuro. Que todo consumo em geral é pago, como é o caso da água, do ônibus, energia elétrica particular e do gás. Considera que a iluminação pública deve ser paga pelo povo e não pela Prefeitura, já que é o povo quem está usufruindo. Que do total de municípios do Estado, apenas oitenta ainda não aprovaram o projeto. Que a não aprovação deverá preocupar estes municípios, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal acusará como Renúncia de Receita.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

Referiu o Edil que tudo que o cidadão gasta ele deve pagar. Considera que o contribuinte que não tem lâmpada na frente de sua casa também usa a iluminação pública, pois quando se desloca por vias iluminadas está sendo beneficiado. Que até seria importante a Prefeitura pagar essa conta, porém se quase por unanimidade os deputados aprovaram o projeto, não cabe aos Vereadores irem contra. A seguir, o Camarista comentou que o PT por diversos anos teve uma postura de criticar o sistema financeiro do país, com enriquecimento de poucos devido aos juros altos, e que a notícia recente do Banco Central de aumento nos juros é contraditória ao antes pregado. Entende que o cheque especial será ainda mais caro, sendo que imaginava que com o novo Governo os juros iriam baixar. Disse que assim está sendo difícil e que até agora não viu mudanças. Finalizou dizendo fazer votos que o Presidente Lula tenha o pulso de conseguir mudar a vida dos brasileiros para melhor. O vereador **JOSÉ FLÁVIO WILGEN** abriu seu discurso dizendo não ter recebido nenhuma comunicação do partido orientando sobre a aprovação do projeto que instituiu a Taxa de Contribuição para Iluminação Pública. Quanto ao tema, considera que por muitos anos a iluminação pública não foi cobrada do contribuinte, o qual já paga altos impostos, não cabendo cobrar agora, justo no momento em que o povo passa por inúmeras dificuldades. Disse que essa é sua posição e se considera do lado do povo por ter votado contrário a instituição da taxa. Que votou por livre e espontânea decisão, sem ter orientação das lideranças estaduais do partido, dizendo pensar que a taxa representa mais um encargo para o trabalhador que está contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do Município. Seguindo seu pronunciamento, o Edil pediu uma ajuda financeira para a Sociedade Esportiva Bom Fim, para que esta faça as obras em seu pavilhão. Que seguindo o exemplo da ajuda concedida ao E.C. XV de Novembro, a Administração também pode ajudar àquela agremiação. Dito pavilhão servirá para realização das festas e bailes promovidos pela sociedade, com mais conforto. O Camarista pediu ainda, uma lâmpada fluorescente para Egomar Haushild, na rua da Divisa, Passo de Estrela. A seguir, comentou sobre um bueiro que fica sempre entupido após as enxurradas. Que este se localiza na baixada próxima a propriedade do Sr. Inácio Heineck na rua São Gabriel/São Rafael. Pediu que a Prefeitura envie uma máquina para abrir o bueiro e resolver o problema. Alertou para o perigo que representa aos motoristas, pois com as chuvas a água que se acumula no potreiro ao lado do asfalto invade a pista, chegando a uma altura de 25 cm em média. Que para quem não conhece o trecho um acidente pode ser inevitável, sendo assim urgente o reparo. O tema seguinte do Vereador foi quanto à contratação de um veterinário por parte do Município. Disse que com isso poderia ser evitado que muitos animais morressem e que a retroescavadeira ficaria a disposição para outros serviços, que não os de enterrar animais mortos em função de pestes que poderiam ser combatidas. Que o Município precisa muito dos serviços de um veterinário, destacando a necessidade que os agricultores enfrentam na criação de animais. Mencionou que é questionado sobre a razão de nosso Município ainda não ter contratado um profissional da área, uma vez que cidades menores e mais novas, como Mato Leitão, já possuem este serviço. Deseja que tal contratação seja urgente. Quanto à polêmica sobre a cloração da água dos poços artesianos, se disse favorável a cloração somente nos poços onde a água estiver contaminada. Disse não acreditar que o governo estadual ou federal obrigue todas as sociedades de água cumprirem a determinação. Que só em Cruzeiro do Sul são 29 sociedades e sabe que muitas pessoas se dirigem da cidade ao interior na busca da água dos poços artesianos, a qual julgam mais limpa. Que essas pessoas chegam a estocar água do poço em casa para consumir durante a semana, pois a água que a Corsan está distribuindo contém um alto teor de cloro, coisa que desagrada os consumidores. Que a posição dos membros de sociedades de água é contrária a cloração, e que, se assim for procedido, iriam acabar com a água dos poços. Falou que os orçamentos de equipamentos estão em torno de R\$1.700,00 mais custos com o cloro e deseja que antes das sociedades gastem esse valor, deve a Administração fazer no mínimo três coletas para análise de águas em cada poço. Que devem ser três diferentes laboratórios avaliando a qualidade da água para que os resultados sejam comparados. Citou o caso de um poço do Município que teve a água analisada por dois laboratórios distintos. Em um deles o laudo teria indicado altos índices de contaminação da água e no outro laboratório o resultado foi de água potável, com altos índices de pureza. O Edil disse não acreditar que os 29 poços do Município estejam com a água contaminada, conforme foi divulgado. Acredita que alguns poucos possam estar com problemas, mas não todos. Reforçou que não é contrário a cloração

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

daqueles poços contaminados e que precisam ter a água tratada, mas nos demais acha dispensável a medida. Finalizou dizendo que só deve ser tomada a medida após a apresentação de três diferentes laudos para cada poço. O vereador **JOSÉ PAULO MALLMANN** inicialmente comentou que a direção do Consepro lhe informou que havia procurado o Poder Executivo Municipal e não conseguiu um auxílio para a Segurança Pública de Cruzeiro do Sul, sob a alegação de que tal auxílio iria ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Disse que o pessoal da CDL também questiona sobre os poucos avanços que foram conseguidos junto ao Poder Executivo Municipal. Também se disse questionado por muitas pessoas sobre altos pagamentos que são cobrados junto ao Posto de Saúde. Explicou que esta é a razão da corajosa atitude de ter votado contra o projeto de lei que concedeu R\$2.000,00 para o futebol. Disse que uma das razões é a redação do artigo que prevê ser o auxílio destinado ao pagamento de arbitragem, levando em consideração as informações da Aslivata de promover a rifa da qual sairiam os recursos para o custeio de arbitragem dos jogos. Que tal rifa visa custear a primeira fase do campeonato e para a segunda fase nova rifa seria feita, visando garantir uma tranquilidade financeira aos caixas dos clubes participantes. Que apesar de terem assim duas fontes de recursos para pagamento da arbitragem, haverá também a cobrança de ingressos. Considera como prioridade as carências do Consepro, da CDL e da Saúde Pública, votando então contra o projeto. Disse ter certeza que 80% da população cruzeirense não se envolve com o chamado futebol amador de Cruzeiro do Sul. Afirmou que adora esta modalidade esportiva, porém não aprova o investimento feito desta forma. Considera que este investimento repassado a juízes e jogadores de fora acaba saindo do Município. Que todos os jogadores acabam ganhando alguma coisa, sem discutir se isto é justo ou não. Fundamentou que Cruzeiro do Sul tem uma estrutura pequena e que o comércio de Lajeado acaba absorvendo um investimento que poderia ficar aqui. Disse que o pessoal do CDL questiona sobre isso. Que se já está sendo difícil concorrer com Lajeado não se pode pegar valores financeiros e repassar para pessoas de fora do Município, como ocorre com a maioria dos juízes que são de fora. Pediu que se pensasse uma forma de incentivar cursos de arbitragem, juntamente com a Licrufa e que se formem árbitros cruzeirenses. Pediu também que se busque uma solução, pois é preciso criar receitas para o Município. Quer que todos usufruam dos investimentos realizados, dizendo que a renda per cápita é baixa, assim como a circulação financeira municipal. O próximo tema abordado pelo Edil foi quanto à reprovação de seu Requerimento de Convocação do responsável pelos convênios da Secretaria Municipal de Saúde. Lamentou que a bancada situacionista votou contra seu Requerimento, dizendo ser a função básica do Poder Legislativo a fiscalização dos atos do Executivo. Enfatizou que os Vereadores são pagos para isso. Disse que a convocação de pessoas do Executivo não tem a intenção de denegrir ou prejudicar alguém, mas sim apenas para questionar. Que desse questionamento devem sair as respostas que o povo pede nas ruas. Que esses questionamentos existem, citando o exemplo de morador da Vila Célia, do qual foi cobrado R\$ 150,00 por um atendimento especializado no Posto de Saúde. Que no momento em que o cidadão procura o Posto de Saúde ele tem a opção de ser atendido pelo SUS. Que se quiser diferente pode procurar atendimento médico particular. Mencionou que o art. 196 da Constituição Federal garante a gratuidade no atendimento de Saúde. Disse que pretende tomar as medidas cabíveis. Disse ainda, que não gosta de hipocrisia, porque por muitas vezes se é hipócrita ao pregar um discurso e se age de forma diferente daquele discurso pregado. O vereador **VICENTE MENOLI KRONBAUER** primeiramente citou o caso de um morador inscrito no lote do Núcleo Habitacional de Cruzeiro do Sul. Disse que várias lembranças vieram a sua mente, sendo uma delas a campanha eleitoral de 1992, quando o PT de Cruzeiro do Sul apoiou a candidatura de Manoel Ruschel e colocou como uma das exigências a implantação em Cruzeiro do Sul de um Núcleo Habitacional Popular. Que com isso lograram êxito, uma vez que agora existe o referido núcleo, o qual recebeu em seguida o nome de um ilustre cruzeirense: Deputado Valdir Antônio Lopes. Lamentou que existia uma placa para o homenageado, a qual desapareceu. Refletiu que parece não haver uma preocupação e zelo, por parte da Administração, com os vultos históricos. Que o Deputado Valdir Lopes levou o nome de Cruzeiro do Sul e da região, e os nomes das pessoas que marcaram época merecem respeito. Com relação às casas construídas no referido núcleo, disse que na época o colega Décio Reiter teria classificado como “banheiros públicos construídos para as pessoas morarem”. Que o ex-Vereador Nelson Weiler na ocasião da visita do bispo Dom Cinésio à Câmara de Vereadores perguntou: “O

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

Senhor acha humano que se construa casinhas desse tamanho?" E a resposta do bispo foi a seguinte: "Às vezes me coloco no lugar do engenheiro que projeta essas casas e de outro lado penso que é melhor essas famílias terem ao menos esse nucleozinho". O Camarista comentou que após aquela Administração, o atual Prefeito já está no segundo mandato e nenhuma casinha ou banheiro público foi construído naquele loteamento popular. Que se estiver errado que o Prefeito apresente onde estão. Criticou a atitude de alguns Vereadores, os quais, segundo o Edil, gostam de ir lá passear e fazer uma média para apenas continuar na distribuição dos lotes. Disse pensar que Cruzeiro do Sul já deveria ter há muito tempo um plano municipal de habitação popular. Disse que esse era uma proposta que defendiam na época e não lograram êxito. Que se hoje existe algo nesse sentido é muito pouco, devendo haver um Fundo Municipal de Habitação. Que esse fundo possibilitaria um aprimoramento aos poucos, além de ser ampliado para o meio rural. Lembrou que no ano anterior o Governo de Olívio Dutra deu início a obras de habitação popular na área rural, pela primeira vez na história. O tema seguinte do Camarista foi quanto a valorização dos Vereadores Suplentes através dos pedidos de licença. Disse que essa é uma prática histórica, que segue para possibilitar ao suplente assumir. Que sabe que os Vereadores não se elegem sozinhos, sendo fundamental que o partido atinja um número mínimo de votos. Que nenhum dos Vereadores da Câmara se elegeu com número de votos suficientes. Sempre contam com a colaboração ou precisam dos votos dos suplentes. Que no mandato de 1977 a 1982 começaram a possibilitar aos suplentes, os quais ajudaram a somar a legenda partidária, a oportunidade de assumir. Que nesse mesmo período assumiram Nelson Weiler, João Carlos Kuhn, Iris Ranck, José Francisco de Azevedo e Clara Duarte. Disse que podemos ter concordâncias e discordâncias com essas pessoas, porém são humanas também e tiveram a capacidade de se sujeitar a concorrer para um cargo público. Que essa prática continuou no período de 1993 a 1996, quando assumiram os suplentes Lucilda Puhl e o colega José Paulo Mallmann. Que aqueles vereadores do período de 1977 a 1982, posteriormente voltaram a concorrer, e devido a oportunidade de assumir na suplência, conseguiram se eleger. No período de 1997 a 2000 Mauro Gilberto Soares possibilitou que Reni Carlos Jung assumisse, bem como José Paulo Mallmann e Roque Henckes. Na atual legislatura já assumiram Reni Jung, Mauro Soares e João Paulo da Silva. Com este último pedido de licença poderá assumir Ireno Ferreira França, o qual representa a Comunidade Passo de Estrela, tendo esta mais de 10% dos eleitores de Cruzeiro do Sul. Que a representatividade populacional do bairro é equivalente a de eleitores, e passa desse percentual se somada com a Comunidade Vila Zwirtes. Que a partir do momento que Ireno assumir, o bairro passará a ter a representatividade política, através deste operário simples, porém nobre como ser humano. Que da sua maneira Ireno tentará representar o Passo de Estrela. Lembrou que o colega José Paulo muito honra por ser companheiro de partido e que este concorreu até conseguir. Que foi persistente, sendo que na primeira candidatura alcançou 34 votos, na segunda 107 votos, na terceira, após assumir suplência, 191 votos e na última 368 votos. Que o número de votos que o colega conquistou não é tão importante quanto o fato de ele ter se submetido à apreciação popular. Que o trabalho de Vereador é importante, pois coloca seu nome a disposição do partido e, dentro das limitações de cada um, tentar fazer o melhor por sua comunidade. Em seguida, registrou sua alegria em integrar o PT, o qual completou 23 anos no dia 10 do corrente mês. Disse que o PT é um partido diferente, que nasce da base e por isso criticado. Que é mais criticado ainda quando toma atitudes coerentes. Que no Brasil hoje se vê uma grande esperança com o Governo Lula, uma esperança que se irradia por todo mundo, pois o mundo globalizado dominado pelo neoliberalismo precisa de uma nova luz e uma nova alternativa. O Camarista refletiu que foi criado uma sociedade que excluiu a grande maioria da população dos benefícios e da tecnologia que a mesma sociedade produziu. Afirmou que esse mundo está de olho no Brasil, pois considera que a humanidade procura luzes e aqui há uma luz. Formulou votos para que o PT continue com os dois pés no chão e com os braços estendidos ao seu semelhante, assim como seu símbolo que é a estrela. Que também esteja aberto a fazer alianças para tornar o governo possível, mas sem jamais perder a capacidade de sonhar. Que essa capacidade de sonhar continua muito bem representada pelos críticos que continuam dentro do partido, os quais são sonhadores e idealistas. Que um partido pode ser melhor e produzir mais pela sociedade se não perder a dimensão de estar com os pés na realidade, de ser capaz de estender a mão ao seu semelhante e a de nunca parar de sonhar. Por fim, citou Raul Pont, Luciana Genro e Eloísa

(X) Lucilda Zeni Kuhn

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL


Helena como símbolos de pessoas que, apesar de estarem no poder, continuam puxando o partido para que não fiquem apenas com os pés atolados no barro, mas sim caminhando para frente e com as mãos estendidas. O vereador **LEANDRO LUIS JOHNER** tomou como assunto inicial a cloração dos poços das sociedades de água. Informou que participou da reunião que ocorreu entre a Secretaria de Saúde e os Presidentes de Sociedades de Água, onde alguns pontos foram esclarecidos. Um dos esclarecimentos feitos na oportunidade é que trata-se de um Portaria do Ministério da Saúde, baixada no ano de 2000, e que exige o tratamento da água distribuída para consumo humano com algum produto e tecnologia. Que a determinação visa propiciar uma melhoria na qualidade da água. Refletiu que hoje o produto mais utilizado é o cloro, porém existem outras tecnologias admitidas para o tratamento, com custos diferenciados. Foi esclarecido também, que a medida está vinculada ao repasse de verbas que o Ministério da Saúde faz para os Municípios, sendo que aquele Município que não cumprir a portaria terá o recurso para a saúde suspenso. Que o Município terá a competência de fiscalizar, fazer vistorias e proceder com a análise das águas. Nas sociedades com irregularidades o poço será lacrado e informado à Administração Municipal e ao Ministério Público. O Camarista ressaltou que as verbas repassadas pelo Ministério da Saúde são fundamentais e que deverá se evitar a suspensão. Se disse particularmente contra a colocação do cloro nas águas de Sociedades onde a qualidade da água esteja boa. No entanto, a Secretaria Municipal de Saúde informou na reunião antes citada, que nenhum dos 29 poços do Município tem a água 100% pura para o consumo humano. O Edil se disse preocupado com a questão, pois reflete também na criação de suínos e avicultura. Acredita que o tema deva ser bem estudado para aplicarem a melhor resolução. Falou também sobre a mobilização da Amvat e Municípios da região, os quais estão tentando derrubar a portaria desde 2000, porém sem sucesso junto aos órgãos competentes. Seguindo seu pronunciamento, contou que alguns moradores das comunidades de Linha Primavera, Picada Augusta e 25 de Julho o procuraram pedindo um esforço no sentido de trazer o Ensino Médio para a Escola São Rafael. Considera que Cruzeiro do Sul hoje, pelo seu tamanho, já comporta mais uma entidade oferecendo o Ensino Médio, antigo 2º grau. Lembrou que atualmente somente a Escola João de Deus oferece o curso na cidade, e que este é ministrado somente à noite, dificultando o acesso do pessoal das comunidades do interior do Município. Vê como de suma importância tal preocupação e quer uma alternativa para melhorar a questão. Disse que outras escolas também estão capacitadas para receber o curso, porém a Escola de São Rafael tem estrutura física pronta para implantar o Ensino Médio almejado. Que a educação é uma saída para o futuro, sendo um caminho que quem hoje não tem, mais adiante irá buscar. Que em oportunidade anterior a Escola São Rafael já fez uma investida de buscar essa implantação, porém houveram alguns empecilhos que fizeram a Coordenadoria e Secretaria de Educação negarem o pedido. O Vereador solicitou ao Presidente da Mesa que convide a Diretora da Escola São Rafael para na próxima sessão ordinária trazer sua contribuição sobre como foi a primeira tentativa, já que participou da comissão que tentou trazer o Ensino Médio para a escola. Que as informações que ela pode trazer irão somente engrandecer essa discussão. Sugeriu mais uma iniciativa para pleitear o curso junto à 3ª Coordenadoria Regional de Educação, agora com a união de mais segmentos do Município. Disse que a Escola São Rafael teve melhoramentos nas salas de aula e biblioteca, além da implantação de um laboratório. Que será uma possibilidade até mesmo para agricultores adultos voltarem a estudar, incentivados por um acesso mais fácil à escola. Convidou o colega Laudemiro Zart para apoiar a idéia, já que é morador daquela comunidade, e também por ter um colega de partido dirigindo a pasta da Secretaria Estadual de Educação. Da mesma forma, convidou o colega José Wilgen para buscar forças junto ao Governador do Estado, que é colega de seu partido. Quer que essa nova tentativa seja com a união de todos, argumentando que o interesse é de toda comunidade e que irá beneficiar muita gente. Acredita que se a Câmara de Vereadores, a Secretaria Municipal de Educação, membros da comunidade e a direção da escola unirem as forças, a chance de sucesso na reivindicação será maior. Finalizou enfatizando que o interesse maior é da comunidade e que a nossa educação será abrilhantada. Pediu a colaboração de todos. O vereador **PAULO ALEXANDRE MALLMANN** iniciou seu pronunciamento comentando o projeto de lei que concedeu auxílio financeiro ao E.C. XV de Novembro. Disse que seu voto é sempre favorável para esse tipo de projeto. Que muitos erros são cometidos, porém o mais importante é que o futebol continua ativo em Cruzeiro do Sul. Refletiu que

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

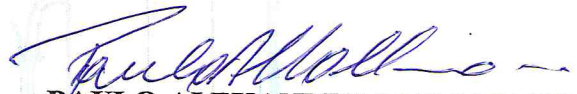
se não há campeonatos todos os clubes ficam parados, pois jogos amistosos quase não se vêem por aqui. Lamentou que em alguns domingos não há futebol para assistir no Município e que campos estão virando em macega. Sendo assim, considera importante que sejam concedidos auxílios para os clubes. Sabe que há pessoas que não gostam de futebol, porém para os que gostam o domingo à tarde fica mais prazeroso com a opção de prestigiar uma partida. Em seguida, o Edil falou da sua intenção em promover durante o ano uma sessão ordinária fora da sede. Disse que assim estará atendendo uma sugestão do colega Vicente Kronbauer e que a idéia é, mais uma vez, aproximar a comunidade do Poder Legislativo. Considera importante que comunidades do interior também acompanhem os trabalhos dos Edis e no momento que tal sessão for marcada espera contar com a colaboração dos demais colegas. O próximo tema foi sobre a Solenidade da Brigada Militar, realizada em Lajeado, que deu posse do comando a novo Coronel e início do curso de novos brigadianos. Relatou que representantes do Poder Executivo, Legislativo e BM de Cruzeiro do Sul estiveram presentes. Que 100 novos alunos e alunas dos Vales do Taquari e Caí iniciarão as aulas e em um ano formam-se soldados, se aprovados. O evento contou com a presença do Secretário Estadual de Segurança, Sr. José Otávio Germano, o qual repassou a informação de que o Governador garantiu recursos para a área da segurança. O Camarista se disse tocado pela declaração do José Germano de que qualquer outra secretaria ele abriria mão e permaneceria em Brasília exercendo seu mandato de deputado, mas que a Secretaria de Segurança é uma questão de prioridade. Que o RS está passando dificuldades na área da segurança e acredita que o Secretário tem capacidade de trabalhar e obter bons resultados. Mencionou que no governo anterior nunca ouviu falar em cursos de formação e aperfeiçoamento da BM, e que agora, em apenas dois meses, o novo governo já iniciou a formação de novos policiais militares. Que o curso abriu 3.000 vagas e teve uma procura de 27.000 candidatos, dos quais 2.300 foram aprovados nas provas práticas e escrita. Do total de alunos aprovados 1.500 iniciaram o curso neste ano e o restante será chamado em 2004. Que o custo mensal do curso é de um milhão de reais, o que, em sua opinião, demonstra a preocupação do governo com esta questão. Ainda sobre a questão da segurança pública, falou do deslocamento do Prefeito em exercício até a capital do estado na intenção de conseguir reforço para o efetivo da BM de Cruzeiro do Sul, que de igual forma está enfrentando problemas de segurança. Por fim, lamentou o fato de a distribuidora de energia elétrica AESSul ter cortado a luz, por falta de pagamento, de alguns Postos da BM na região do Taquari, incluindo o de nossa cidade. **TRIBUNA LIVRE:** conforme ofício solicitando espaço, recebido em tempo hábil, fez uso da Tribuna Livre da Câmara a **Sra. Léa Lires Selbach**, Advogada nesta cidade, a qual veio abordar os temas: taxa de contribuição para iluminação pública; cobrança de impostos; saúde pública; e danos em calçadas de passeio do município. Antes da Sra. Léa fazer seu pronunciamento, o Assessor Jurídico da Câmara, Sr. Ênio Luis Azevedo fez a leitura de ofício onde pede ao Presidente permissão para se retirar da sessão, por entender que a referida Muniícipe não é digna de ser ouvida na Câmara, pois em momento anterior recebeu o título de "Persona Non Grata". Depois de concedida permissão para ausência do Assessor Jurídico o Presidente convidou a Dra. Lea para iniciar seu pronunciamento. Quanto à iluminação pública disse que esta deve ser paga quando é oferecida aos cidadãos. Que em frente a sua residência e ao seu escritório não existem luminárias, mesmo tendo solicitado a instalação há bastante tempo. Que se há iluminação ali é porque ela providenciou a iluminação da casa, refletindo também para a via pública. Mostrou-se descontente com a idéia de ser obrigada a pagar uma iluminação pública que lá não existe, além de já estar pagando a particular que beneficia a todos. Relatou o fato de um motorista da ambulância do Posto de Saúde ter estacionado a mesma sem freio, o que resultou em ela correr de ré, sem ninguém dentro e vir a colidir com o muro da residência da Dra. Léa. Que o dano ocasionado não foi reparado pela Prefeitura e que nem sequer recebeu um simples pedido de desculpas. Disse que as calçadas de sua residência estão todas danificadas em função dos caminhões da Prefeitura manobrem nas proximidades sem poupar o passeio público. Questionou a postura do Município em cobrar impostos sem manter o bem público. Que quanto a sua calçada danificada, está sujeita a ser acionada por alguém que possa se ferir ali, já que a responsabilidade é do proprietário. Se disse preocupada com o tráfego de caminhões de carga pesada por ruas onde a estrutura de casas mais antigas fica abalada em razão do trânsito. Disse que falta no Município regulamentação para o trânsito desses veículos mais pesados e que isso implica na questão de

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

preservação de nosso patrimônio arquitetônico. Que estão faltando placas de sinalização nas ruas impedindo esse trânsito. Quanto à saúde pública alertou que o centro da cidade está infestado por ratazanas de todos os tamanhos e mosquitos. Que tanto os ratos quanto os mosquitos são transmissores de doenças e que se uma epidemia qualquer se disseminar aqui, o Município não terá estrutura para hospitalizar em separado os doentes infectados. Disse ser necessário uma ação preventiva para evitar um surto de alguma doença. Lembrou que no tempo da Sucam era colocado agrotóxico nos bueiros para extinguir a ratazana. Falou também sobre a arrecadação do Município, afirmando que Cruzeiro do Sul é um dos municípios do Vale do Taquari com a menor arrecadação. Acredita que essa situação se deve ao fato de uma cobrança irregular de IPTU. Citou que algumas propriedades no Centro não precisam pagar, e que no bairro Glucostark há uma rua onde mais de quarenta moradores estão isentos. Citou o art. 152 da Constituição Federal que veda tratamento diferenciado na tributação de bens e serviços. Por esta fundamentação considera que se um proprietário de imóvel localizado dentro do período urbano tem que pagar IPTU, todos os demais precisam pagar. Pediu o fim deste tratamento diferenciado e quer a regulamentação dessa situação. Ainda referiu que a forma de cobrança do calçamento está sendo feito de forma errada em Cruzeiro do Sul, assim como em outros municípios do estado. Que os contribuintes que estão ingressando na Justiça para questionar a forma de cobrança estão vencendo em grau de recurso. Dessa forma alertou também para que Cruzeiro do Sul comece a proceder da forma correta para evitar ações judiciais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente **Paulo Alexandre Mallmann** encerrou a sessão convidando a todos para a próxima a realizar-se no dia 05 de março de 2003, quarta-feira, no horário das 18:30 horas (dezoito horas e trinta minutos). SALA DE SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DE CRUZEIRO DO SUL-RS, AOS 19 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2003.



IVO JOSÉ LOEBLEIN
Primeiro Secretário



PAULO ALEXANDRE MALLMANN
Presidente da Câmara de Vereadores